derá ser concedido à viúva, à divorciada ou separada judicialmente com direito a alimentos e às filhas solteiras, enquanto umas e outras se conservarem respectivamente naqueles estados; aos filhos menores não abrangidos pelo artigo 2.º até aos 18 anos, ou, até aos 20, quando freqüentem com aproveitamento qualquer curso, ou façam aprendizagem de qualquer officio sem encargo para o Estado, e bem assim aos que, tendo ultrapassado esta última idade, sejam física ou mentalmente incapazes de angariar meios de subsistência e dêles careçam.

§ único. Ao quantitativo do subsídio e respectiva melhoria será abatida a importância de qualquer pensão ou subsídio próprios que as viúvas ou órfãos auferam, desde que a soma do subsídio e melhoria concedida por esta lei, com a soma dos rendimentos ou pensões próprias, exceda a importância total de 411\$60 mensais.

Art. 4.º Os pretendentes ao subsídio deverão apresentar no Ministério respectivo, por intermédio do correspondente comando militar ou administração do concelho, os documentos seguintes, que serão gratuitos e isentos do imposto do selo:

1.º

Viúva, separada judicialmente ou divorciada com direito a alimentos, por si e pelos descendentes do falecido

a) Requerimento indicando a residência, o nome, posto, unidade ou corporação a que pertencia o official falecido, pedindo a concessão do subsídio, em seu nome e dos descendentes menores não emancipados;

b) Requerimento, nas condições do anterior, de cada um dos descendentes menores de vinte anos emancipados;

c) Certidões, passadas por quem de direito, devidamente autenticadas com o selo em branco ou reconhecidas:

- 1) De casamento;
- 2) De separação judicial ou de divórcio, com direito a alimentos;
- 3) De nascimento dos descendentes do falecido com direito à concessão do subsídio;
- 4) De óbito do official;
- 5) De que os órfãos não são pensionistas do Estado, não estão internados nos estabelecimentos da Obra tutelar dos exércitos de terra e mar, nem em qualquer outro estabelecimento official ou particular e dêles sejam pensionistas;
- 6) Dos bens que possuía o marido, seu valor, rendimento colectável corrigido e contribuição que pagava;
- 7) Dos bens que possui a requerente e cada um dos descendentes, seu valor, rendimento colectável corrigido e contribuição que pagam.

d) Atestado, passado pela junta de freguesia, assinado por todos os membros, confirmado pelo administrador do bairro ou concelho e autenticado com o selo em branco: de que se conserva no estado de viúva do official, separada judicialmente ou no de divorciada com direito a alimentos; que houve ou não divórcio ou separação judicial entre ela e seu marido; que não é pensionista do Estado ou de qualquer instituição; que os descendentes do sexo feminino, maiores de catorze anos, se conservam no estado de solteiras, viúvas ou divorciadas; que a requerente e seus filhos têm bom comportamento moral e civil; que do falecido não existem mais filhos, legítimos ou ilegítimos, além daqueles para quem é requerido o subsídio;

e) Atestado, devidamente reconhecido, passado por dois médicos, sendo um o sub-delegado de saúde, quando

exista, da incapacidade física ou mental dos descendentes maiores de vinte anos para angariarem meios de subsistência.

2.º

Descendentes

a) Requerimento, nos termos da alínea a) do n.º 1.º, de cada um dos descendentes do sexo feminino, maiores de vinte e um anos e menores desta idade emancipados, e do sexo masculino maiores de dezóito anos emancipados que estejam nos casos de lhes ser concedido o subsídio, pedindo a cota parte do mesmo;

b) Requerimento, nas condições do anterior, do tutor, legalmente nomeado em conselho de família, nos termos do Código Civil Português, dos descendentes menores de dezóito anos, não emancipados ou interditos, pedindo para seu pupilo a cota parte do subsídio;

c) Certidões, passadas nas condições das anteriores:

- 1) Do alvará da nomeação à tutela dos descendentes menores de dezóito anos e dos interditos;
- 2) Nascimento;
- 3) De óbito da mãe ou da viúva do official;
- 4) Da sentença de divórcio com direito a alimentos ou da separação judicial;

d) Atestado, passado nas condições da alínea d) do n.º 1.º, de que não existem outros descendentes do falecido com direito à concessão do subsídio além daqueles para quem o mesmo é requerido;

e) Demais certidões e atestados de que tratam as alíneas c), d) e e) do n.º 1.º deste artigo, necessários à justificação dos interessados.

§ 1.º Os atestados passados pela junta de freguesia poderão ser substituídos por atestados idênticos, passados por três officiais das corporações armadas, devidamente autenticados pelos respectivos comandos ou estabelecimentos militares, nas localidades onde estes existem, ficando os mesmos officiais responsáveis pelos prejuízos que possam advir ao Estado em resultado das informações prestadas.

§ 2.º As repartições por onde correm os processos deste subsídio obterão, por intermédio dos respectivos governos civis e repartições de finanças, as informações necessárias para ser convenientemente observado o estabelecido no § único do artigo 3.º

Art. 5.º Fica revogada toda a anterior legislação sobre o subsídio de que trata o presente decreto.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 25 de Setembro de 1928.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—José Vicente de Freitas—José da Silva Monteiro—António de Oliviera Salazar—Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento—Aníbal de Mesquita Guimarães—António Maria de Bettencourt Rodrigues—José Dias de Araújo Correia—José Bacelar Bebiano—Duarte Pacheco—Joaquim Mendes do Amaral.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Instituto Geográfico e Cadastral

Decreto n.º 16:071

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto

n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A redução de 50 por cento no quantitativo abonado por senhas de presença aos vogais do Conselho de Cadastro, fixado no artigo 8.º do decreto n.º 15:965, de 31 de Agosto do corrente ano, é extensiva às senhas de presença do presidente, secretário e representante do Ministério Público.

§ único. O estatuído neste artigo aplica-se desde que o decreto n.º 15:965 entrou em vigor.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 25 de Outubro de 1928. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *José Vicente de Freitas* — *José da Silva Monteiro* — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento* — *Anibal de Mesquita Guimarães* — *António Maria de Bettencourt Rodrigues* — *José Dias de Araújo Correia* — *José Bacelar Bebiano* — *Duarte Pacheco* — *Joaquim Mendes do Amaral*.